I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
VII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
IX SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA
17 a 20 setembro 2025
Políticas Públicas Educacionais no contexto da América Latina: desafios, resistências e perspectivas
Departamento de Educação DEDC-CAMPUS XII Guanambi
UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NUPE Núcleo de Pesquisa e Extensão
PPGEduF Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente

POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO E CARREIRA DOS SERVIDORES TÉCNICOS E ANALISTAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Adaltiva dos Santos Xavier

Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, Bahia, Brasil

ada.xfernandes@gmail.com

José Aparecido Alves Pereira

Universidade do Estado da Bahia, Guanambi, Bahia, Brasil

jaapereira@uneb.br

EIXO 6: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PROFISSÃO DOCENTE

Resumo

A valorização dos servidores técnicos e analistas na UNEB é um desafio persistente na educação superior pública. Este estudo, de abordagem qualitativa e exploratória de cunho bibliográfico acerca da carreira desses profissionais à luz da lei n.º 11.375/2009 e das alterações previdenciárias das Emendas Constitucionais Estaduais n.º 26/2020 e n.º 27/2021, para analisar as modificações legislativas dos decretos de progressão na carreira e seus efeitos nas reformas previdenciárias. O referencial teórico aborda a importância dos planos de carreira para a motivação e o reconhecimento dos servidores com base nas ideias de Barros e Nunes (2020); Denicoli, Medeiros e Vieira (2021); Dantas, Medeiros e Silva (2017); Silva (2023); Nunes (2023); e, Leal (2023). A metodologia emprega revisão de literatura, análise documental e de conteúdo para interpretar as normativas e seu contexto. Os resultados indicam lacunas entre a legislação e sua aplicação prática, agravadas por restrições previdenciárias. Conclui-se que políticas públicas mais integradas, focadas em formação e equidade, são cruciais para a valorização e permanência desses servidores, garantindo sua contribuição estratégica para a qualidade do trabalho das Instituições de Ensino Superior estaduais da Bahia.

Palavras-chave: políticas públicas; previdência social; servidores técnicos; valorização profissional; UNEB.

Introdução

Preliminarmente cabe destacar que este resumo expandido é um recorte do projeto de pesquisa de pós-graduação *stricto sensu*: Políticas Públicas de Valorização e Carreira dos

Servidores Técnicos e Analistas Universitário da UNEB que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente (PPGEduF/UNEB).

As políticas públicas para a educação superior tendem a priorizar a valorização da carreira docente, colocando em segundo plano categorias igualmente estratégicas para o funcionamento institucional, como os servidores técnicos e analistas universitários. Na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), esses profissionais exercem papel fundamental nos processos administrativos e acadêmicos, embora não estejam diretamente vinculados à atividade-fim, ou seja, diretamente ligadas ao objetivo central da universidade que é o ensino. A ausência de pesquisas específicas sobre essa categoria no âmbito estadual revela uma lacuna acadêmica e política que este estudo busca preencher.

O objetivo desse estudo consiste em analisar a carreira dos servidores técnicos e analistas da UNEB, à luz da Lei n.º 11.375/2009, considerando os impactos das Emendas Constitucionais Estaduais n.º 26/2020 e n.º 27/2021 sobre o Regime Próprio de Previdência Social. Nesse sentido, pretende-se compreender a trajetória funcional desses servidores, os mecanismos de progressão, promoção e remuneração. Porém, neste recorte, realizou-se revisão bibliográfica que discutem a carreira desses profissionais. Numa perspectiva sociológica, e com base em Franco (2008) e Cellard (2008), procedeu-se à análise dos documentos normativos que estruturam a carreira e a previdência da categoria, situando-os em seu contexto político, social e econômico.

2 Referencial Teórico

A valorização dos trabalhadores da educação, em sentido amplo, inclui não apenas os docentes, mas também técnicos e analistas universitários (CONAE, 2010; BARROS; NUNES, 2020). Esses profissionais desempenham papel central no funcionamento das instituições e necessitam de políticas que garantam reconhecimento e desenvolvimento profissional. Nesse sentido, autores como Denicoli, Medeiros e Vieira (2021) e Dantas, Medeiros e Silva (2017) enfatizam que os planos de carreira são instrumentos estratégicos para a valorização e o

fortalecimento da identidade profissional, ainda que dependam de condições políticas e econômicas favoráveis para sua efetiva implementação.

Pesquisas indicam que os planos de carreira contribuem para a motivação e o engajamento dos servidores, funcionando como mecanismos de reconhecimento (Denicoli; Medeiros; Vieira, 2021). Contudo, Dantas, Medeiros e Silva (2017) alertam que muitos trabalhadores desconhecem os próprios planos, o que limita sua participação nas lutas por melhores condições de trabalho e compromete a percepção de justiça organizacional. A ausência de estratégias institucionais de comunicação e formação sobre essas políticas reforça a desmobilização coletiva e enfraquece o poder de reivindicação da categoria.

No caso da Bahia, a carreira dos técnicos e analistas universitários é regulamentada principalmente pela Lei Estadual n.º 11.375/2009, que reestruturou cargos e remunerações na UNEB. Entretanto, estudos recentes apontam que a implementação dessas políticas tem sido desigual, privilegiando os docentes e impondo obstáculos burocráticos aos técnicos, com número reduzido de vagas para progressão e limitações à capacitação profissional (Silva, 2023; Nunes, 2023).

Por fim, as alterações previdenciárias introduzidas pelas Emendas Constitucionais Estaduais n.º 26/2020 e n.º 27/2021 impuseram regras mais rígidas para aposentadoria, restringindo direitos adquiridos. Esse cenário torna ainda mais urgente o fortalecimento de políticas públicas que conciliem valorização profissional e proteção previdenciária, tema que será aprofundado ao longo da pesquisa.

3 Metodologia

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório (Gil, 2002), orientada por pressupostos sociológicos. A pesquisa utiliza revisão bibliográfica, pesquisa documental enquanto técnica de coleta de dados, e análise de conteúdo enquanto método de análise, respectivamente (Cellard, 2008; Franco, 2008). A Análise documental, denominado por Cellard, 2008, como o *corpus* documental, inclui levantamento das leis e decretos que impactam a carreira dos servidores técnicos e analistas universitários da UNEB.

A análise de conteúdo, baseada na metodologia de Franco (2008), categoriza os dispositivos normativos em: Estrutura de Carreira, Progressão e Promoção Funcional, Remuneração e Vantagens, Regime Próprio de Previdência Social, Direitos e Garantias, e Alterações Legislativas. Para além deste recorte, a pesquisa tem como *lócus* a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com foco na carreira dos servidores Técnicos e Analistas Universitários da UNEB.

4 Resultados e discussão

A análise documental, enquanto técnica de coleta de dados, conforme Cellard (2008), abrangeu a Lei Estadual n.º 11.375/2009, os Decretos n.º 21.070/2022 e 21.071/2022, que regulamentam o desenvolvimento das carreiras de Técnico e Analista Universitário, respectivamente, as alterações introduzidas pelas Leis n.º 13.471/2015 e 14.250/2020 no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia (Lei n.º 6.677/1994) e as Emendas Constitucionais Estaduais n.º 26/2020 e 27/2021. Esse corpus normativo foi sistematizado em eixos analíticos como carreira, progressão, remuneração e previdência, permitindo evidenciar avanços formais e limitações práticas.

A análise de conteúdo, com base em Franco (2008), revelou contradições entre o discurso legal e a prática institucional. Termos recorrentes, como “progressão” e “tempo de contribuição”, reforçam o peso de requisitos burocráticos, sem garantir efetiva valorização e estabilidade funcional. Nessa perspectiva, compreende-se que o direito não se limita a normas, mas é também um campo de disputas políticas e sociais. No caso da UNEB, as legislações analisadas expressam, ao mesmo tempo, iniciativas de reconhecimento profissional e restrições alinhadas às políticas neoliberais de gestão, o que se evidencia sobretudo nas reformas previdenciárias que introduziram insegurança jurídica e funcional.

Os resultados, até agora encontrados, indicam um descompasso entre a valorização prevista em lei e sua implementação concreta. Tal constatação reforça a necessidade de revisão periódica do plano de carreira, ampliação das oportunidades de capacitação e criação de canais de diálogo permanentes entre gestão e servidores, são medidas fundamentais para assegurar

reconhecimento, motivação e engajamento e, assim, contribuir para uma educação superior pública de qualidade socialmente referenciada.

5 Considerações finais

A valorização dos servidores técnicos e analistas universitários deve ser concebida de forma integrada, abrangendo formação continuada, plano de carreira, condições de trabalho, remuneração, previdência e reconhecimento institucional. Mais do que preencher uma lacuna acadêmica, esta pesquisa busca oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas equitativas, capazes de superar o viés historicamente centrado no docente nas políticas educacionais e promover uma educação superior pública de qualidade socialmente referenciada.

Ao analisar o arcabouço normativo que rege essas carreiras, o estudo apresenta uma visão crítica dos impactos das leis e reformas sobre os direitos e trajetórias desses profissionais, identificando lacunas e desafios que comprometem sua motivação e permanência qualificada. Recomenda-se a revisão periódica do plano de carreira, o fortalecimento das oportunidades de capacitação e a construção de um diálogo efetivo entre gestão e servidores, de modo a alinhar expectativas, necessidades e metas institucionais.

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Constituição Estadual da Bahia de 05 de Outubro de 1989**. Salvador, 1989. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 33, de 19 de março de 2024. Disponível em: https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao-estadual. Acesso em: 20 de nov. 2024

BAHIA**.** Emenda Constitucional nº 26, de 26 de maio de 2020. Altera o regime próprio de previdência social dos servidores públicos civis do Estado da Bahia. **Diário Oficial do Estado da Bahia,** Salvador, BA, 27 maio 2020.

BAHIA**.** Emenda Constitucional nº 27, de 15 de junho de 2021. Modifica regras previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social do Estado da Bahia. **Diário Oficial do Estado da Bahia,** Salvador, BA, 16 jun. 2021.

BAHIA. **Lei nº 11.375 de 05 de fevereiro de 2009**. Reestrutura as Carreiras de Analista Universitário E Técnico Universitário, Integrantes Do Grupo Ocupacional Técnico-Específico, Criado Pela Lei Nº 8.889, de 01 De Dezembro De 2003, bem como o seu padrão remuneratório, e dá outras providências. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/ba/. Acesso em: 20 de nov. 2024

BAHIA. Lei nº 6.677 de 26 de setembro de 1994. **Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85381/estatuto-do-servidor-publico-do-estado-da-bahia-lei-6677-94. Acesso em: 20 de nov. 2024

BARROS, Emanuelle Araújo Martins; NUNES, Claudio Pinto. Mapeamento de pesquisas e publicações acerca das políticas de valorização dos servidores técnicos e analistas universitários. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, n. 28, p. 495-510, set./dez. 2020. ISSN 2175-6600. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10040. Acesso em: 20 de nov. 2024

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petropólis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CONAE. **Conferência Nacional de Educação**. Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias. Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. Acesso em 21 novembro de 2024.

DANTAS, Erica Lissandra Bertolossi; MEDEIROS, Ana Lúcia Medeiros; SILVA. Mônica Aparecida da Rocha. **O plano de carreira: o caso de uma Universidade Federal do Norte do Brasil**. 2017. Disponível em: DOI: http://dx.doi.org/10. 20873/uft.2447-4266.2017v3n3p584: Acesso em: 20 de nov. 2024

DENICOLI, Emerson Subtil; MEDEIROS, Ana Lúcia; VIEIRA, Marli Terezinha. O plano de carreira e a participação dos técnico-administrativos como indutores do desenvolvimento institucional: o caso de uma universidade federal do Brasil. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 209-230, maio-agosto 2021. DOI: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2021.e76223 : Acesso em: 20 de nov. 2024

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa**. Análise de conteúdo**. 5. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEAL, Roberta de Oliveira. **Um estudo dos procedimentos da folha de pagamento referentes a direitos, vantagens e benefícios dos servidores da Universidade do Estado da Bahia**. 2023. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: https://saberaberto.uneb.br/. Acesso em: 21de nov.2024

NUNES, Ane Geildes Lobo Vieira. **Motivação para o trabalho: representações de servidores técnicos administrativos em uma instituição pública de ensino superior no estado da Bahia**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: https://saberaberto.uneb.br/. Acesso em: 21de nov. 2024

SILVA. Euzebio Raimundo da. **A avaliação institucional da UNEB e suas implicações na política de pessoal**. 2023. Relatório. Universidade do Estado da Bahia, Salvador. Disponível em: https://saberaberto.uneb.br/. Acesso em: 20 de nov. 2024.